



SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: um campo em construção

Simone Tavares da Silva¹

RESUMO:

Este estudo busca contribuir com reflexões a respeito da inserção da questão socioambiental na prática profissional do assistente social. O modelo de desenvolvimento capitalista e consumo em massa vivenciada hoje nos leva não somente a degradação do meio ambiente, mas a uma intensificação da desigualdade social.

Palavras chave: Serviço Social, Questão Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT:

This study seeks to contribute with reflections about the insertion of the socio-environmental question in the professional practice of the social worker. The model of capitalist development and mass consumption experienced today leads not only to the degradation of the environment but to an intensification of social inequality.

Keywords: Social Service, Social and Environmental Issues and Sustainable Development.

1. INTRODUÇÃO

A questão socioambiental pode ser considerada como um campo em construção para o profissional do serviço social. Este artigo tem como objetivo propor reflexões acerca das possibilidades de atuação do assistente social nas questões

¹ Assistente Social, Mestre. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: simone.tavares@ifam.edu.br

socioambientais. O caminho metodológico adotado na pesquisa foi uma reflexão teórica, onde partimos da leitura e revisão bibliográfica. Fizeram parte do estudo Cavalcanti (1997); Chaves; Rodrigues (2006); González (2005) e Pérez (2005) foram os autores requisitados para dar suporte às discussões da pesquisa.

Os assistentes sociais dentro de um trabalho interdisciplinar com os demais profissionais da área ambiental chamam a atenção para a discussão de que o modelo de produção capitalista intensifica não somente a desigualdade social como também a destruição de nosso planeta. A preservação e a conservação do meio-ambiente precisam fazer parte do dia-a-dia de todos nós e o assistente social é um dos profissionais apto para atuar numa perspectiva socioeducativa.

O modelo de desenvolvimento capitalista impulsiona a sociedade por padrões de consumo em massa, e essa ideologia contribui para provocar uma crise ambiental, repercutindo na qualidade de vida. A visão de sustentabilidade se encontra fortemente desenvolvida quando o foco são as questões ambientais, porém pode ser limitada quando não é vinculada a questão social.

CFESS (2010) define o/a assistente social ou trabalhador/a social como:

O profissional que atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego.

Busca-se a sistematização da inserção da questão socioambiental na prática profissional do assistente social.

Este estudo é de fundamental importância para o serviço social no que tange a ampliação do debate sobre as possibilidades de atuação, seja no campo de pesquisa e/ou intervenção do assistente social no âmbito das questões socioambientais. A sociedade capitalista vem cada vez mais provocando o esgotamento dos recursos naturais e aumentando as disparidades sociais, demandando diversas categorias profissionais no debate e intervenção no agravamento das questões socioambientais.

2. SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A expansão industrial em nível mundial tem acelerado o processo de degradação ambiental. Os efeitos prejudiciais aos recursos naturais são hoje amplamente divulgados, mas o mesmo não se pode dizer, dos efeitos sociais nocivos desta forma de crescimento.

O crescimento econômico não pode ser confundido com desenvolvimento, pois o primeiro está mais relacionado com o aumento de produtividade, fazendo o uso dos recursos naturais sem se preocupar com a preservação/conservação do meio ambiente direcionado para os interesses das classes dominantes. O crescimento deve ser conquistado, sem, contudo, destruir o meio ambiente constituindo-se em uma condição necessária, porém não suficiente para que haja o desenvolvimento, é também necessário pensar na qualidade ambiental e na igualdade social (COLOMBO, 2006).

Os segmentos sociais mais vulneráveis são responsabilizados pelo descuido ou uso inadequado do meio ambiente, induzindo a ideia de que a solução reside no campo cultural. As teses de preservação e conservação ignoram as contradições econômicas, sociais e ideológicas que aí estão implicados. São as populações desfavorecidas os primeiros a sofrerem os impactos ambientais, pois eles não têm como se refugiarem por conta própria, dos deslizamentos quando habitam em morros, ou das inundações quando habitam nas margens dos cursos d'água (LAYRARGUES, 2000).

No Brasil grande parte da população não dispõe ainda de um adequado saneamento básico, no qual os esgotos são jogados sem tratamento em nossos rios, causando sérios problemas ambientais, comprometendo não somente o meio ambiente, como também a saúde pública. A preocupação pela preservação do meio ambiente vem aumentando e a sociedade civil começa a perceber mesmo que lentamente os danos socioambientais ocasionados pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado.

Houve muitos avanços nas discussões sobre questões ambientais, alcançando entendimento suficiente para buscar um modelo de desenvolvimento sustentável pautado em três fatores importantes que são o econômico, ambiental e sociocultural. A questão ambiental é uma questão presente em todos esses níveis, indo além do debate sobre a preservação de espécies e biodiversidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável expõe um novo modo necessário de a sociedade se relacionar com seu meio ambiente, visando a garantir sua própria continuidade e a de seu meio externo. Assim, preconiza a necessidade de se construir um tipo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras sem comprometer ou destruir sua base de sustentação, que é o meio ambiente (CHAVES; NOGUEIRA, RODRIGUES E LIRA 2008).

O conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais: a) sustentabilidade social com uma proposta de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida da população, b) sustentabilidade econômica, através do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais, c) sustentabilidade ecológica: utilização dos recursos naturais com menor nível de impacto ao meio ambiente, d) sustentabilidade geográfica: é necessária uma nova configuração para questão rural-urbano de forma mais equilibrada e a sustentabilidade cultural (SACHS, 2002 apud CHAVES e RODRIGUES, 2006).

Cavalcanti (1997) afirma que as políticas de governo voltadas para a sustentabilidade devem dar maior atenção aos hábitos de consumo e estilo de vida. De um lado, os níveis excessivos de consumo pelos ricos devem ser contidos e de outro, a persuasão para que se consuma cada vez mais de cada coisa, nutridas pelos meios de comunicação deve ser revista e posta dentro dos parâmetros de prudência ecológica indispensável para a sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável apresenta várias correntes de pensamento que emergiram para explicar ou responder à necessidade de uma concepção viável de desenvolvimento para as sociedades e para o planeta. 1) As estratégias de ecodesenvolvimento (Sachs, 2002), teve início na década de 70 e focaliza as populações, tendo suas bases no atendimento das necessidades fundamentais:

habitação, alimentação, água, condições sanitárias e decisões e participações das populações menos favorecidas.

A segunda é a bioeconomia ou economia ecológica como nova abordagem teórica da atividade econômica, tendo como ponto de partida o confronto com os novos conceitos e modelos desenvolvidos pelas ciências da natureza, como a termodinâmica, evolução e organização do ser vivo, ecologia e outros. 3) Por fim, constata-se o prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico (CHAVES, NOGUEIRA, RODRIGUES e LIRA, 2001).

Essas correntes têm a finalidade de fornecer um objetivo ao desenvolvimento sustentável. Mas, a “definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável é a do relatório de Brundtland, no qual é o que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder à suas próprias necessidades” (GODARD, 1997 apud CHAVES; NOGUEIRA, RODRIGUES e LIRA, 2008).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global considera a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário.

É visível a necessidade de incluir o social no ecológico. É preciso construir uma identidade para os assistentes sociais relacionada com a perspectiva de educadores ambientais. Apesar do campo das questões ambientais serem fértil, não podemos nos esquecer que a conquista de um campo de trabalho é sempre difícil. Portanto, para tornar convincente a necessidade de intervenção do social no ambiental, precisamos nos munir de instrumentos que demonstrem a efetividade desta intervenção.

Para Irigalba (2005) o caminho de intermediação entre o âmbito ambiental e social é constituído pela educação ambiental e participação social. É necessário que

haja profissionais que facilitem esse processo de aprendizagem social e de integração entre o homem com seu meio. E apesar do assistente social ser um dos profissionais que possuem melhores condições para ser formador nesse campo, é necessário buscar a formação necessária em matéria ambiental ou metodológica de participação social, para poder intervir com o máximo rigor e profissionalismo.

A contribuição dos profissionais do serviço social ao desafio da sustentabilidade se concretiza no compromisso com a transmissão de valores e comportamentos mais sustentáveis. As mudanças no consumo afetam o estilo de vida individual e coletiva e afeta a forma de nos relacionar com a natureza e entre nós mesmos.

E para que essas mudanças se efetivem é preciso, que se desenvolva a consciência de valor da pessoa, com seus direitos e deveres, com seus compromissos e responsabilidade com o meio ambiente, o respeito pela diversidade cultural, a equidade para eliminar as desigualdades mediante a democratização das oportunidades, a satisfação das necessidades humanas de gerações presentes e futuras, a precaução para prever e tomar atitudes causando o menor dano (PÉREZ, 2005).

Nesse processo de mudança é fundamental que todos nos situemos como agentes ativos de sensibilização. Trata-se de um processo no quais todos somos educando e educadores, é preciso tomar consciência da importância do efeito multiplicador de nosso compromisso.

A educação precisa ser pensada como um dos eixos para a construção de um modelo sustentável de sociedade. Esse processo educativo compreende e exige a promoção de uma educação para viver em harmonia com a natureza, para um consumo sustentável, seletivo e crítico, uma educação para uma produção preventiva que ajude a tomar consciência da complexidade da questão ambiental, uma educação que nos leve a pensar globalmente e agir localmente (PÉREZ, 2005).

Autores como Librero, Vélez e Sánchez (2005) afirmam que a sustentabilidade estabelece dois princípios: o ecológico e o sociopolítico. Este segundo é mais específico para o serviço social, e diante disso fazem-se algumas propostas para seu desenvolvimento, partindo do princípio geral da inclusão da variável ambiental

nas políticas de intervenções sociais. É preciso reconhecer que os recursos naturais são limitados, portanto, sensibilizar a sociedade dessa realidade e garantir o equilíbrio entre a dimensão sociopolítica e ecológica nas intervenções sociais, nos encaminha para uma sociedade sustentável.

A realidade que implica viver em uma sociedade consumista, aliado ao crescimento demográfico, obriga-nos a estudar como gerir adequadamente os recursos limitados e aqueles ilimitados por serem renováveis, mas que não conseguem adaptar-se essa renovação à taxa de exploração a que são submetidos pela ação humana. Consideramos importante saber como utilizar os recursos naturais de maneira sustentável para assegurar sua sobrevivência em longo prazo, de modo a atender as necessidades das futuras gerações.

3. NOTA CONCLUSIVA

A sociedade está sendo afetada por inúmeros problemas de cunho social e ambiental. É preciso que se formule uma proposta de desenvolvimento sustentável que leve em consideração o desenvolvimento social, ambiental, econômico, político e cultural.

No processo de formação dos assistentes constata-se a dificuldade de abordarem assuntos que dizem respeito ao meio ambiente. Para atuar com a educação ambiental é imprescindível para esse profissional o aprofundamento dos estudos sobre a questão socioambiental, os acordos, tratados e documentos que surgiram devido a sua amplitude mundial.

A qualidade do ambiente influi diretamente na qualidade de vida da população. As ações socioeducativas possibilitam o aprendizado através do reconhecimento dos problemas locais permitindo discussões e reflexões. Mas, as mudanças conquistadas precisam se incorporar em atitudes cotidianas, não basta apenas conscientização, é preciso que haja ações efetivadas.

A maioria da população é consumista em potencial, e por isso, põe-se em discussão a relação do ser humano com o meio ambiente, diante da finitude dos

recursos naturais e a problemática ambiental. O progresso deve vir acompanhado não apenas de crescimento econômico, mais também de desenvolvimento social.

Não é possível a realização em um curto espaço de tempo, de todos os objetivos da sustentabilidade, pois o mesmo não é isento de dificuldades. Uma vez que o modelo de sustentabilidade para qual se pretende caminhar é um modelo a ser construído, as mudanças e o caminho devem ser considerados de forma gradual.

Os profissionais ligados a sustentabilidade, precisam ser incentivados, para a sensibilização e conscientização da importância da variável ambiental e incluí-la nas políticas de bem-estar. É preciso que eles se capacitem, pesquisem e publiquem a respeito de questões socioambientais, uma vez que esse é um campo em construção e o serviço social tem muito a contribuir.

Caberá aos Assistentes Sociais, junto com outras profissionais do meio ambiente, direcionar suas ações e intervenções de acordo com os princípios da sustentabilidade, procurando atuar como educadores e sensibilizadores de comportamentos, mais sustentáveis.

Esse estudo é processual e inacabado pretendeu apenas iniciar reflexões acerca das possibilidades de atuação do assistente social no âmbito das questões socioambientais.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas* In: Clóvis Cavalcanti (Org.) – Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CHAVES, M. P.S.R.; NOGUEIRA, M.G. ; RODRIGUES,D.C.B.; LIRA, T.M. *Recursos Naturais, Biotecnologia e Conhecimentos Tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia*. PERSPECTIVA, Erechim. V.32, n.117, p.133-147, março, 2008.

CHAVES, M^a do Perpétuo Socorro R. ; RODRIGUES, Débora Cristina B. *Desenvolvimento Sustentável e Perspectivas no Debate Contemporâneo*. Revista Internacional de desenvolvimento Local. Vol.8, N.13, set, 2006.

COLOMBO, Silvana. *Crescimento, Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Revista Eletrônica do mestrado em educação ambiental. PPGEA. V. 17. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006.

GONZÁLEZ, Juan José Gutiérrez. *A associação coordenadora contra o desemprego de Torrelavega e a ação socioambiental*. GÓMEZ, José Andrés Domínguez, AGUADO, Octavio Vásquez, PÉREZ, Alejandro Gaona. (Orgs). Serviço Social e Meio Ambiente. Editora Cortez, 2005.

IRIGALBA, Ana Carmen. *A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e ecológico*. GÓMEZ, José Andrés Domínguez, AGUADO, Octavio Vásquez, PÉREZ, Alejandro Gaona. (Orgs). Serviço Social e Meio Ambiente. Editora Cortez, 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate. LOUREIRO, Carlos F.B; LAYRARGUES, P. P, CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs). São Paulo, Cortez, 2000.

LIBRERO, M^a Josefa Vázquez, VÉLEZ, Mercedes González, SÁNCHEZ, Cinta Martos. *Reflexões sobre o papel dos assistentes sociais como educadores ambientais*. GÓMEZ, José Andrés Domínguez, AGUADO, Octavio Vásquez, PÉREZ, Alejandro Gaona. (Orgs). Serviço Social e Meio Ambiente. Editora Cortez, 2005.

PÉREZ, Alejandro Gaona. *Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental*. GÓMEZ, José Andrés Domínguez, AGUADO, Octavio Vásquez, PÉREZ, Alejandro Gaona. (Orgs). Serviço Social e Meio Ambiente. Editora Cortez, 2005.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf. Acesso em: jul. 2017.